

N. F. Nº	- 300200.0005/17-0
NOTIFICADO	- PROBAHIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA BAHIA LTDA.
NOTIFICANTE	- JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM	- INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO	- INTERNET – 03/09/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0113-01/21NF-VD

EMENTA: ICMS. ERRO NA APURAÇÃO DO IMPOSTO. RECOLHIMENTO A MENOR. DESENCONTRO ENTRE O RECOLHIDO E O ESCRITURADO. Indeferido o pedido de diligência. Infração não elidida. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 15/05/2017, refere-se à exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$9.022,63, mais multa de 60%, em decorrência da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 03.01.01: Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado na apuração do imposto.

“Recolheu a menor o ICMS devidamente escriturado, relativo ao mês de dezembro/2016, conforme Livro Registro de Apuração do ICMS, Relação de DAE's e Planilha”.

Enquadramento Legal: artigos 24 a 26, da Lei nº 7.014/96 C/C art. 305, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa prevista no art. 42, II, “b”, da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresenta impugnação às fls. 13 a 15, inicialmente ressaltando a tempestividade da mesma, bem como fazendo uma síntese da autuação.

Em seguida afirma que solicitou a retificação dos arquivos magnéticos da EFD do mês de dezembro de 2016.

Alega que a presente Notificação Fiscal não procede, e que se mostra inconsistente, em razão do seu objeto não refletir a realidade fática arguida pela Autoridade Fiscal.

Entende que há dissonância com o princípio da verdade material, constante do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, de modo que requer a anulação ou total improcedência da NF.

Acrescenta, ainda, que se para a Autoridade Julgadora, as provas carreadas não se mostrarem suficientes ao seu convencimento, que seja determinada a conversão em diligência do feito, para que reste esclarecida a verdade material.

O notificante em informação fiscal à fls. 30 e 31, inicialmente aduz que a presente notificação fiscal foi lavrada com observância de todos os princípios legais e constitucionais, e que o notificado recebeu cópia da mesma, bem como da planilha que compõe o processo.

Esclarece que o valor do imposto reclamado, foi apurado através da EFD - Registro de Apuração do ICMS da empresa, fl. 07, onde consta o valor de R\$14.961,40 como Saldo Devedor do mês de dezembro/2016, e que ao abater o valor de R\$5.938,77, recolhido pela empresa, à fl. 09, encontra-se o valor de R\$9.022,63 que deixou de ser recolhido (fl. 06).

Acrescenta que tentando justificar o não recolhimento do ICMS total relativo ao mês de dezembro/2016, o notificado apresenta DMA do referido mês, constando o valor de R\$5.449,78, como Saldo Devedor a recolher.

Assinala que o impugnante apresenta também cópia da EFD - Registro de Apuração do ICMS, gerada para entrega, porém, ainda não transmitida, à fl. 23, onde consta o mesmo valor de ICMS a

recolher da DMA, R\$5.449,78.

Diz estranhar o recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital acostado à fl. 24, recebido pelo SERPRO em 12/04/2017, uma vez que traz o montante de R\$14.961,40, como valor total do ICMS a recolher relativo ao mês de dezembro/2016, ou seja, o mesmo valor constante da planilha de apuração do notificante.

Todavia, ressalta que a fiscalização faz seus levantamentos e apuração tomando como base a escrituração oficial do contribuinte, que no presente caso se trata da EFD — Escrituração Fiscal Digital, que obedece a regras e parâmetros bem definidos.

Pontua que a DMA não obedece a maiores formalidades e não se pode confundir com a escrituração fiscal que o contribuinte está obrigado a apresentar.

Ao final, asseverando que para todos os efeitos legais é a EFD entregue (fl. 07) que deve ser considerada, e que eventuais ajustes, poderão ser feitos a partir do período imediatamente após o fiscalizado, opina pela procedência da Notificação Fiscal.

VOTO

Inicialmente, verifico que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e a multa aplicada relativamente à irregularidade apurada, não foi constatada violação ao devido processo legal e à ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante o levantamento e documentos acostados aos autos. Foram observados, portanto, todos os requisitos previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

Rejeito o pedido de diligência formulado pelo notificado, uma vez que considero que os elementos constantes do PAF são suficientes para formação de minha convicção, de acordo com o que preceitua o art. 147, I, “a” e “b” do RPAF/99.

Dessa forma, a Notificação Fiscal atende aos requisitos legais, estando presentes todos os pressupostos exigidos na norma para a sua validade, pelo que, passo à análise do mérito, como se segue.

O lançamento em exame exige ICMS do notificado, sob acusação de recolhimento a menor do imposto, em decorrência de desconcreto entre os valores do imposto recolhido e o escriturado na apuração do imposto, no mês de dezembro de 2016.

De acordo com os elementos constantes do processo, verifica-se que o valor do imposto reclamado, foi apurado através da EFD - Registro de Apuração do ICMS, transmitida pela empresa (fl. 07), tendo em vista que na mesma consta o valor de R\$14.961,40, como Saldo Devedor do mês de dezembro/2016, mas foi recolhido apenas o valor de R\$5.938,77 (fl. 09), ou seja, restou um valor de R\$9.022,63, que deixou de ser pago aos cofres do Estado (fl. 06).

O notificado alegou que a exigência não procede, informando que solicitou autorização para retificar o arquivo magnético da EFD do mês de dezembro de 2016, além de anexar DMA do referido mês (fl. 18), constando o valor de R\$5.449,78, como saldo devedor a recolher.

Todavia, como bem frisou o notificante em sua informação fiscal, a DMA não obedece a maiores formalidades, e a EFD é que tem validade para substituir os livros fiscais.

Dessa forma, se a apuração fiscal é efetuada com base em dados fornecidos pelo notificado, por meio dos arquivos eletrônicos relativos à EFD, a correção de tais arquivos é de responsabilidade do contribuinte, e tais registros, devem refletir os elementos constantes nos seus documentos fiscais.

Portanto, nova declaração apresentada após a lavratura da notificação, sem as devidas explicações e comprovações que motivaram as retificações, não justificam a sua consideração.

Ademais, mesmo que fosse considerado o recibo de entrega de EFD, acostada pelo notificado à fl. 24, alegando ter retificado em 12/04/2017, no mesmo, consta como valor de ICMS a recolher o montante de R\$14.961,40, ou seja, o mesmo valor considerado pelo notificante na apuração do recolhimento a menor do imposto.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em INSTÂNCIA ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **300200.0005/17-0**, lavrado contra **PROBAHIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA BAHIA LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.022,63**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2021

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR